

CIBEC/INEP



B0028294

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Encaminhamento de Alunos do Ensino Regular para Atendimento Especializado

Educação Especial
Um Direito Assegurado
MEC/UNESCO

F
159.953.5
B823e
Ex.2

Série
DIRETRIZES

1

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Fernando Henrique Cardoso

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
Paulo Renato Souza

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Luciano Oliva Patrício

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Marilene Ribeiro dos Santos

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Encaminhamento de Alunos do Ensino Regular para Atendimento Especializado

Educação Especial
Um Direito Assegurado
MEC/UNESCO



**"A DIFERENÇA SO E DIFERENÇA,
SE FAZ DIFERENÇA."**

TUMBULL, 1979

Brasil. Secretaria de Educação Especial.
B823e Encaminhamento de alunos do ensino regular para
atendimento especializado / Ministério da Educação e do
Desporto. Secretaria de Educação Especial. - Brasília : MEC
/ SEESP, 1994.
32p. (Série Diretrizes; 1).

1. Educação especial - Brasil. I. Título.

CDU: 376(81)

| | |
|--|-----------|
| <u>I -Apresentação</u> | 5 |
| <u>II - Introdução</u> | 7 |
| III - Revisão Conceituai | 9 |
| 3.1 -Avaliação_____ | 11 |
| 3.2 - Dificuldades de Aprendizagem_____ | 13 |
| 3.3 - Atendimento Especializado_____ | 14 |
| 3.4 - Sala de Apoio Pedagógico Específico_____ | 15 |
| IV - Encaminhamento ao Atendimento Especializado | 17 |
| V - O Professor Regente e a Importância de sua Prática Educativa | 21 |
| VI - Natureza da Decisão Pedagógica | 25 |
| VII - Diretrizes para o Encaminhamento de Alunos ao Apoio Pedagógico Específico | 29 |



Este é um documento que contém diretrizes para encaminhamento de alunos do ensino regular para atendimento especializado, no âmbito do sistema educacional brasileiro. É resultado de inúmeros estudos e discussões nacionais em torno da séria questão das dificuldades de aprendizagem, sejam de alunos portadores ou não, de deficiências, de problemas de conduta ou, eventualmente, de alunos superdotados.

Este trabalho resulta, principalmente, das contribuições recebidas durante o Seminário Nacional sobre Avaliação e Diagnóstico para Fins Educacionais que envolveu: técnicos da Educação Especial, inclusive do Instituto Nacional de Educação de Surdos e Instituto Benjamin Constant, da Educação Fundamental do MEC, das Secretarias de Educação das U.Fs. e das Organizações Não Governamentais, reunidos em Brasília, no período de 29 a 31 de março de 1993.

As diretrizes apresentadas servem como orientação para nortear a elaboração de planos de trabalho, a serem implementados nos estados brasileiros, inicialmente em caráter experimental.



overno e sociedade civil empenham-se hoje em garantir a universalização da educação fundamental de boa qualidade e que resulte no progresso de todas as crianças.

Analfabetismo, repetência, evasão escolar e rotulações são obstáculos à formação da cidadania e, portanto, à construção de uma sociedade democrática. Justifica-se pois, a necessidade de assegurar a todos acesso, ingresso, permanência e conclusão dos estudos na educação fundamental. Não basta, porém, garantir vagas nas escolas. O importante é oferecer ensino de qualidade. A qualidade do ensino envolve inúmeras variáveis que compõem a dimensão política do projeto educacional, com ênfase no respeito às diferenças individuais, para o que é necessária ampla conscientização dos professores. Urge, igualmente, a adoção de modelos pedagógicos que atendam a qualquer criança, respeitadas as suas possibilidades e limitações.

Crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem sem serem, necessariamente, portadoras de deficiências ou de problemas graves de conduta, não constituem alunado da educação especial. Acumulam repetências, não se alfabetizam, evadem-se da escola ou acabam rotuladas de deficientes, sendo encaminhadas, indevidamente, para as classes especiais, quando, na realidade, careciam de atendimento diferenciado no próprio ensino regular.

O que se recomenda, para estes casos, é atitude preventiva, não segregativa e voltada para a qualidade do ensino: **preventiva**, porque uma vez identificada a problemática da criança, pode-se intervir o mais pronto possível, evitando-se o agravamento de suas dificuldades; **não segregativa**, na medida em que ficam dispensados rótulos e o afastamento do aluno do convívio com seus colegas, ditos normais, e de **boa qualidade no ensino**, porque o sistema terá condições de melhor instrumentalizar seus professores para enfrentarem desafios, visando sempre ao sucesso de **todos** os seus alunos.

O que se pretende é ousado, mas viável, dependendo da vontade política dos dirigentes. Requer avaliação continuada do progresso da criança e, se necessário, seu atendimento especializado no próprio ensino regular.

Revisão Conceituai



3.1. Avaliação

o campo educacional, o conceito de avaliação tem sido muito polêmico. Neste trabalho, entenda-se por avaliação o processo de apreciação da natureza e de julgamento de valor de um "objeto", com base em alguns indicadores especialmente construídos. O processo realiza-se por meio de procedimentos técnicos tais como observação sistemática, análise dos resultados e sua interpretação.

Em consonância com este conceito, a avaliação educacional compreende:

- obtenção de dados quantitativos e qualitativos acerca do progresso escolar dos alunos, da atuação de educadores e administradores, da eficácia de currículos e da metodologia didática adotada;
- utilização de instrumentos formais e informais;
- formulação de juízo de valor sobre os dados colhidos, objetivando tomada de decisão que leve em consideração, não apenas o que foi avaliado mas, e principalmente, os fins a que se destinam os resultados, e
- realimentação do processo, com vistas ao aprimoramento do "objeto" avaliado.

Alguns aspectos devem ser necessariamente considerados no processo de avaliação e interpretação dos resultados:

a) extrínsecos ao aluno:

- a realidade sócio-cultural na qual está inserido;
- as diferentes formas de organização da escola que lhe é oferecida e da família, com a qual convive, e a metodologia utilizada no processo ensino-aprendizagem.

b) intrínsecos ao aluno:

- alterações quanto ao seu desenvolvimento global;
- processo de amadurecimento, funções mentais e modos de solucionar problemas;

- forma como se comunica: linguagem oral e escrita, e
- funcionalidade dos aspectos sensoriais (audição e visão), sociais, emocionais e motores.

A avaliação contínua, de caráter formativo deveria ser rotina para todos os alunos. Este é um dos objetivos que se deseja atingir em futuro próximo. Não sendo possível, indica-se que, pelo menos, seja realizada com os alunos que apresentam indícios de dificuldades de aprendizagem, ou problemas congêneres. O que se propõe não é apenas a avaliação do rendimento mediante as habituais provas de escolaridade. Sugere-se:

- um estudo do aluno centrado nas funções processuais da aprendizagem, sem perder de vista sua trajetória de vida, geralmente pontilhada de privações de experiências e experiências frustrantes, e
- avaliação da prática pedagógica desenvolvida pelo professor considerando-se também o contexto escolar.

As diretrizes que este documento contém referem-se especificamente à avaliação no sentido proposto por Echeita (1988): "*... uma avaliação que sirva para determinar, por um lado, o que tem sido aprendido e as dificuldades dos alunos para alcançar os objetivos educacionais que o professor quer conseguir, e por outro lado, que sirva para iluminar as medidas pedagógicas a serem tomadas por esse mesmo professor.*"

Em outras palavras, ao referirmo-nos à avaliação educacional, consideramos o contexto educacional como um todo, mas destacamos a que deve ser feita pelo professor-regente em todos os seus alunos do ensino regular, particularmente os das séries iniciais do primeiro grau e que apresentem dificuldades de aprendizagem. Para esse numeroso grupo de alunos, o processo de avaliação - como mecanismo de acompanhamento de seu progresso educacional ao longo e ao término de cada ano letivo - tem como objetivos:

- estudo das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças;

- oferecimento de subsídios ao atendimento diferenciado que se preconiza e, quando necessário,
- informação à equipe multidisciplinar, anterior ao processo de diagnóstico.

3.2. Dificuldades de Aprendizagem

Dificuldades, transtornos, distúrbios e problemas de aprendizagem são expressões muito usadas para se referir às alterações que muitas crianças apresentam na aquisição de conhecimentos, de habilidades motoras e psicomotoras, no desenvolvimento afetivo e outras.

O aluno que não aprende não realiza nenhuma das funções sociais da educação, acusando sem dúvida o fracasso desta e, ao mesmo tempo, sucumbindo a esse fracasso (Paim, 1989). Apesar dessa constatação, não podemos inserir todos os que têm dificuldades para aprender num mesmo grupo e tratá-los como se fossem iguais.

Que critério utilizar para identificar os dois grupos?

Miklebust (1971) propõe que tal classificação se realize com base na "*manifestação*" mais evidente e que produz o maior impacto sobre a criança. Assim, para os portadores de deficiências mentais, é o atraso mental sua maior afetação, responsável pelas dificuldades generalizadas para aprendizagens acadêmicas, motoras e sociais. Para os portadores de deficiências sensoriais, as afecções mais evidentes são a cegueira ou a surdez; para os portadores de deficiências físicas, os distúrbios motores e psicomotores; e para os portadores de problemas de conduta, os transtornos emocionais. Todos esses constituem o alunado da educação especial, juntamente com os superdotados que não apresentam, necessariamente, dificuldades de aprendizagem.

Há, porém, um outro grupo de alunos com dificuldades para aprender, cuja afecção mais evidente é a deficiência da aprendizagem, apesar de adequadas inteligência, visão, audição, capacidade motora e equilíbrio emocional.

Estudos sobre a neuropsicologia da aprendizagem demonstram que, nesse grupo, a generalizada integridade orgânica convive com a deficiência na aprendizagem. Esta pode manifestar-se como dificuldades motoras ou psicomotoras, de atenção, memorização, compreensão, desinteresse, escassa participação e problemas de comportamento.

Esse numeroso grupo de crianças brasileiras de diferentes camadas sociais é que tem feito crescer os percentuais de analfabetos, de repetentes, dos que abandonam precocemente a escola e daqueles que, por vezes, são indevidamente encaminhados à educação especial. É para eles que novos modelos de atendimento especializado devem ser implantados no 1º grau regular, contribuindo para promover a qualidade do ensino, evitando-se o aumento do já enorme contingente que compõe o fracasso escolar.

3.3. Atendimento Especializado

Entenda-se por atendimento especializado a intervenção educacional que propicia ao aluno com dificuldades de aprendizagem a aquisição de conhecimentos e habilidades acadêmicas, motoras e sociais, por meio de procedimentos pedagógicos compatíveis com suas necessidades.

Existem modalidades de atendimento especializado como estratégias de atendimento educacional para alunos da educação especial. Nesta proposta, sugere-se que, com a parceria da educação especial, o ensino regular implemente sua estratégia pedagógica diferenciada para aqueles alunos que apresentem dificuldades na aprendizagem, sem serem portadores de deficiências ou de problemas de conduta.

Propõe-se a implantação de salas de apoio pedagógico específico no primeiro grau do ensino regular. O aluno a ser encaminhado para essa sala receberá atendimento especializado conforme suas necessidades, sem prejuízo das atividades habituais e curriculares de-

envolvidas na sala de aula do ensino regular. O atendimento, sempre que possível, será individualizado e com duração variável.

3.4. Sala de Apoio Pedagógico Específico

Trata-se de modalidade de atendimento pedagógico a ser desenvolvida no ensino regular, destinada a alunos com dificuldades de aprendizagem e que **não são portadores de deficiência ou de problemas de conduta**. Tem como finalidade facilitar a aprendizagem daqueles alunos que apresentam história de multirrepetência, analfabetismo ou comportamento hiperativo. Os serviços prestados nessas salas não devem ser confundidos com reforço escolar (repetição da prática educativa da sala de aula), nem com as atividades inerentes à orientação educacional, que estão mais voltadas ao trabalho da escola como um todo.

Diferentemente, o professor da sala de apoio pedagógico específico, habilitado para o trabalho com este alunado, vai intervir como mediador, promovendo atendimento grupai ou individual e utilizando recursos instrucionais de acordo com as necessidades de cada aprendiz. Desenvolverá programas que favoreçam as funções cognitivas, indispensáveis ao êxito acadêmico do alunado com dificuldade de aprender.

Encaminhamento ao Atendimento Especializado



estratégia de encaminhamento para atendimento especializado inclui dois momentos:

I. Após o processo de avaliação e estudo de caso pela equipe pedagógica da escola, o aluno com dificuldades de aprendizagem é encaminhado para atendimento em sala de apoio pedagógico específico no ensino regular;

II. Esgotados os recursos educacionais disponíveis na sala de apoio pedagógico específico do ensino regular, durante um ano no máximo, e persistindo as dificuldades para aprender, deve o aluno ser submetido a diagnóstico diferencial, por equipe multidisciplinar, cogitando-se de seu atendimento em educação especial.

O diagnóstico, quando necessário, deve ser a etapa final do processo avaliativo-educacional. Nesse sentido, dissocia-se do modelo médico. Deve ser entendido como um conjunto de investigações multiprofissionais, em que se incluem, necessariamente, pedagogos.

Examinando-se esses dois momentos, depreende-se que o ingresso de alunos do primeiro grau regular, na educação especial, tem como pré-requisito o diagnóstico por equipe multidisciplinar.

**O Professor
Regente e a
Importância de sua
Prática Educativa**



O professor regente precisa ter, antes de tudo, um grande interesse pelo ser humano, além de conhecer-lhe as características bio-psíquico-sociais. Esse conhecimento permitirá-lhe-á interagir adequadamente e avaliar, continuamente, o progresso de seus alunos, **relacionando-o com sua própria ação de ensinar** (auto-avaliação). Nesta ação, deve-se valorizar, sobretudo, a formação de cidadãos livres, conscientes, participativos e felizes, mais do que a mera transmissão de conteúdos informativos.

Não basta ao professor ter conhecimentos teóricos e práticos. Essa riqueza poderá ser desperdiçada se ele não for capaz de conceber-se como partícipe das mudanças no contexto social, agente de formação e não apenas repassador de conhecimentos, cabendo-lhe, também, aprimorar-se pessoal e profissionalmente.

A conscientização do professor sobre o seu papel sócio-político é condição fundamental para que possa atuar construtiva e positivamente no processo ensino-aprendizagem. A atuação do professor está comprometida com as **condições da escola** e com a qualidade de sua formação acadêmica e pessoal. A eficácia de sua regência vai depender de sua motivação para viabilizar o processo educativo, enfrentando as adversidades que o trabalho lhe impõe.

A necessidade de conscientização dos educadores acerca dos problemas de seus alunos prende-se à marginalização a que estão sujeitos. A ênfase no desenvolvimento do potencial do aluno e na importância de sua integração social deve ser o princípio norteador do atendimento educacional.

Conscientização pressupõe sensibilização como requisito para que o professor não só perceba os problemas mas, sobretudo, busque solucioná-los.

Os professores do sistema regular de ensino devem estar atentos àqueles alunos que apresentam certas dificuldades, indícios da necessidade de observação sistemática.

Natureza da Decisão Pedagógica



A decisão pedagógica referente à melhor orientação ao aluno avaliado é extremamente complexa, porque envolve inúmeras e diferentes variáveis. Deve decorrer do estudo de caso após a avaliação, com vistas ao planejamento do atendimento especializado. A decisão pedagógica não se esgota no encaminhamento do aluno. Durante sua frequência à sala de apoio pedagógico específico, permanece a necessidade de avaliações constantes, até mesmo para verificar a adequação do atendimento, bem como de seus resultados.

Em última análise, a natureza da decisão pedagógica dependerá dos casos avaliados, da época da avaliação, do prognóstico e dos recursos humanos e instrucionais disponíveis.

**Diretrizes para o
Encaminhamento
de Alunos ao
Apoio Pedagógico
Específico**

1. Fortalecer, na escola, a avaliação do progresso do aluno, como processo sistemático.

2. Reorganizar a estrutura e funcionamento da escola, revedo, entre outros aspectos, o número de alunos, por turma.

3. Garantir a todos os alunos sucesso escolar, recebendo atendimento especializado, quando necessário.

4. Instrumentalizar os profissionais da educação para o processo de avaliação, encaminhamento e atendimento especializado, no âmbito do ensino regular.

5. Organizar, na estrutura escolar, equipes pedagógicas voltadas ao atendimento de alunos que apresentem dificuldades na alfabetização ou que sejam repetentes.

6. Garantir, nas unidades do ensino regular, espaço físico adequado para a implantação de salas de apoio pedagógico específico, visando ao atendimento especializado a alunos com dificuldades de aprendizagem, principalmente os das séries iniciais.

7. Oferecer atendimento pedagógico especializado, no âmbito do ensino regular, a alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas não são portadores de deficiências ou de problemas de conduta.

8. Estabelecer parcerias entre a educação especial e o ensino regular, para o atendimento aos alunos que, sem serem portadores de deficiências ou de problemas de conduta, apresentam dificuldades de aprendizagem.

9. Encaminhar, para diagnóstico diferencial, alunos do ensino regular que, **apesar do atendimento especializado**, continuam apresentando dificuldades de aprendizagem.

10. Assegurar que o diagnóstico diferencial seja realizado por equipe multiprofissional, que atue em educação especial.

Agradecemos os subsídios recebidos:

*Consultores de Educação Especial
Instituto Benjamin Constant
Instituto Nacional de Educação de Surdos
Organizações Não Governamentais
Secretaria de Educação Fundamental
Secretaria de Educação das UFs
Equipe Técnica da SEESP*

Elaborado pela Equipe Técnica da SEESP.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 6º andar - Sala 600
CEP 70.047-901 - BRASÍLIA/DF
TEL. (061) 410-8651 - FAX (061) 321.9398

PRODUÇÃO EDITORIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Com o objetivo de expandir a oferta da educação especial no Brasil, bem como dar estímulo às inovações pedagógicas que venham a contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento, a Secretaria de Educação Especial/MEC, está divulgando textos e informações para atualizar e orientar a prática pedagógica do sistema educacional. Para tanto, ela criou uma linha editorial contendo quatro séries: Institucional, Diretrizes, Atualidades Pedagógicas e Legislação, assim especificadas:

SÉRIE INSTITUCIONAL - destinada à publicação de textos oficiais com vistas à divulgação de políticas educacionais e demais produções de órgãos gestores nacionais e internacionais.

SÉRIE DIRETRIZES - visa a informar, sugerir e orientar a elaboração de planos de trabalho a serem implementados nos estados e municípios brasileiros.

SÉRIE ATUALIDADES PEDAGÓGICAS - Objetiva a difusão e estímulo às inovações pedagógicas que se apresentam em muitos estados na área de educação especial, a fim de promover o intercâmbio de experiências.

SÉRIE LEGISLAÇÃO - pretende disseminar a evolução dos aspectos legais referentes às pessoas portadoras de necessidades especiais, seus direitos e deveres.



Ministério da Educação e do Desporto
Secretaria de Educação Especial
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 6ª andar
70047-901 -Brasília-DF

Representação no Brasil
SAS - Quadra 5 - Bloco H - Lote 6
Ed. CNPq/IBICT - 9º andar
Caixa Postal 08563
70070-000 Brasília-DF - Brasil

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)